

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Secretaria de Auditoria Interna

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

**2018-2021**

*(Com alterações aprovadas pela Portaria da Presidência do TRE-BA nº 611, de 27 de novembro de 2018)*

Salvador – BA Outubro/2017



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Secretaria de Auditoria Interna

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

**2018-2021**

*(Com alterações aprovadas pela Portaria da Presidência do TRE-BA nº 611, de 27 de novembro de 2018)*

Plano de Desenvolvimento de Pessoal da Coordenadoria de Auditoria, Acompanhamento e Orientação da Gestão (COGES), vinculada à Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCI), elaborado em conformidade com o inciso I, alínea “f”, do Parecer da Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 2, de 29 de outubro de 2013, e princípios reguladores da atividade de auditoria interna constantes da Estrutura Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (IPPF), editada pelo Instituto Global dos Auditores Internos (IIA).

Salvador – BA Outubro/2017



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Secretaria de Auditoria Interna

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 4
2. COMPETÊNCIAS REQUERIDAS AO AUDITOR INTERNO 6
3. ANÁLISE DIAGNÓSTICA DE PESSSOAL 8
4. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL DA SAU 10
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 11



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Secretaria de Auditoria Interna

1. INTRODUÇÃO
   1. O desenvolvimento de competências – conhecimentos, habilidades e atitudes –, requeridas ao bom e regular exercício de atribuições constitui função de gestão de pessoas e concorre, conjuntamente com as demais funções – recrutamento e seleção, retenção, motivação, promoção de qualidade de vida no trabalho e administração de remuneração e benefícios –, para auxiliar a organização a aperfeiçoar processos internos e agregar valor aos produtos e serviços ofertados aos clientes, corroborando, ainda, para o cumprimento de metas e consequente concretização da missão e alcance da visão de futuro institucionais.
   2. A Estrutura Internacional de Práticas Profissionais da Auditoria Interna (IPPF), editada pelo Instituto Global dos Auditores Internos (IIA), base conceitual para o exercício da atividade de auditoria interna, em suas vertentes avaliativa e consultiva, eleva o desenvolvimento de competências à categoria de princípio fundamental1, regra de conduta2 e atributo3 ou característica requerida à prática profissional de auditoria interna, ratificando a necessidade de melhoria contínua da proficiência, bem como da eficácia e qualidade de serviços prestados pelos auditores internos.
   3. Paralelamente, as normas de auditoria (Nats) editadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) relativas à pessoa do auditor4 esclarecem que a equipe de auditoria designada para uma ação fiscalizatória deve apresentar, em conjunto, treinamento técnico, capacidade e experiência suficientes para conduzir adequadamente o trabalho e formular conclusões e propostas de encaminhamento pertinentes, devendo os auditores buscar, permanentemente, seu aprimoramento profissional, mantendo-se atualizados quanto a novas técnicas e instrumentos de trabalho relativos a sua área de atuação.
   4. No mesmo alinhamento, a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 171, de 1º de março de 2013, que dispõe sobre normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, no âmbito do Poder Judiciário, esclarece, no inciso III, do art. 57, que os servidores lotados na unidade de controle interno devem observar,

1 Estrutura de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (IPPF), 2016. Instituto Global dos Auditores Internos (IIA). Princípios fundamentais para a prática profissional da Auditoria Interna. [...] Demonstrar Proficiência e Zelo Profissional Devido; [...] Demonstrar qualidade e melhoria contínua.

2 Estrutura de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (IPPF), 2016. Instituto Global dos Auditores Internos (IIA). Código de Ética. Regras de Conduta. [...] 4. Competência. Os auditores internos: [...] 4.3 Devem melhorar continuamente sua proficiência e a eficácia e qualidade de seus serviços.

3 Estrutura de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (IPPF), 2016. Instituto Global dos Auditores Internos (IIA). Normas de atributo. 1210 – Proficiência. Os auditores internos devem possuir o conhecimento, as habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades individuais. A atividade de auditoria interna deve possuir, ou obter, coletivamente o conhecimento, as habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades.

4 Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). Portaria TCU nº 280, de 8 de dezembro de 2010, alterada pela Portaria TCU nº 168, de 30 de junho de 2011. 52. A equipe designada para realizar uma auditoria específica deve ter, em conjunto, treinamento técnico, capacidade e experiência suficientes para conduzir adequadamente o trabalho e formular conclusões e propostas de encaminhamento pertinentes.

Assim, os auditores devem buscar permanentemente seu aprimoramento profissional, mantendo-se atualizados quanto a novas técnicas e instrumentos de trabalho relativos à sua área de atuação.

dentre outras, a seguinte regra de conduta: aprimoramento profissional, isto é, busca pela atualização de normas e procedimentos que conduzam ao aperfeiçoamento dos conhecimentos e habilidades, por meio do desenvolvimento de competências.

* 1. O Parecer nº 2, da Secretaria de Controle Interno (SCI) do sobredito Conselho, de 29 de outubro de 2013, recomendou, na alínea “f”5, do item I, a formalização de Plano Anual de Capacitação específico para a Unidade de Auditoria Interna de cada Tribunal, de modo a assegurar que a totalidade dos servidores seja permanentemente capacitada, observados eventos internos e externos, alavancando, assim, a capacidade do órgão em realizar ações fiscalizatórias e, ainda, aperfeiçoar respectivos resultados e a qualidade do valor agregado à gestão.
  2. Recomendou, ainda, na alínea “c”6, do item VIII, a avaliação dos motivos ensejadores de elevado índice de rotatividade de pessoal comumente associado às unidades ou núcleos de controle interno, bem como a sinalização, à Alta Gestão, de medidas tendentes a sanear o problema. O Parecer elencou, dentre os possíveis motivos dificultadores da retenção de talentos: baixa remuneração; falta de visão de crescimento de carreira; ausência de perspectiva de designação para ocupação de posições de liderança; maior oferta de possibilidade de crescimento profissional por outras áreas; excesso de trabalho; e ausência de plano de capacitação.
  3. Do mesmo modo, a Resolução Administrativa do TRE-BA nº 6, de 4 de maio de 2015, que estabelece e regulamenta as atividades de auditoria, fiscalização e inspeção administrativa, no âmbito deste Regional, no inciso VII, do art. 10, preceitua que o servidor lotado na Coordenadoria de Auditoria, Acompanhamento e Orientação da Gestão (COGES) deverá observar, dentre outros, o seguinte princípio ou regra de conduta: desenvolvimento profissional, ou seja, busca permanente pelo aprimoramento profissional, de forma a conduzir adequadamente o trabalho e formular conclusões e propostas de encaminhamento pertinentes.
  4. Por fim, o Código de Ética do TRE-BA, aprovado por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 3, de 17 de maio de 2017, estabelece, no inciso III, do art. 4º, que constitui direito afeto aos servidores participar de atividades de capacitação e treinamento necessárias ao seu desenvolvimento profissional, e estabelece, ainda, no inciso VIII, do art. 5º, que é dever do servidor manter-se atualizado com a legislação, as instruções e as normas de serviço editadas no âmbito do Tribunal.

5 Parecer da Secretaria de Controle Interno (SCI) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 2, de 29 de outubro de 2013. I – unidade ou núcleo de controle interno do tribunal ou conselho: [...] f) f) encaminhe [...] à Administração Superior [...] plano de capacitação para o ano seguinte, de forma que a totalidade dos servidores da unidade seja permanentemente capacitada em eventos internos e externos (elaboração de programa de auditoria, papéis de trabalho, técnicas de auditoria, matrizes de planejamento, de procedimentos e de achados e de relatório), para que seja possível alavancar a realização de auditorias, inspeções administrativas e fiscalizações.

6 Parecer da Secretaria de Controle Interno (SCI) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 2, de 29 de outubro de 2013. VIII – área de gestão de pessoas do tribunal ou conselho: [...] c) avalie [...] o(s) motivo(s) do alto percentual de rotatividade de servidores lotados na unidade ou núcleo de controle interno, indicando ao presidente do tribunal ou conselho propostas para solucioná-los caso se trate dos motivos a seguir identificados: c.1) resultado da baixa remuneração; c.2) falta de visão de crescimento na carreira; c.3) falta de expectativa de o servidor ser designado chefe de alguma área da unidade ou núcleo de controle interno; c.4) estrutura incompatível com as demais unidades da instituição, que oferecem mais possibilidades de crescimento profissional; c.5) ausência de plano de capacitação; e c.6) excesso de trabalho.

* 1. Assim, a efetividade das funções constitucionais da unidade de auditoria interna, responsável pelo exercício da atividade de auditoria interna7, e a concretização de sua missão ou propósito de aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação (*assurance*), consultoria (*advisory*) e percepção para o futuro (*insight*), restam condicionados à asseguração, à totalidade dos auditores internos, do desenvolvimento contínuo da proficiência, não apenas quanto às normas, técnicas e demais padrões e práticas de auditoria interna, mas, também, nas áreas ou temáticas objeto de exame de ações fiscalizatórias.

1. COMPETÊNCIAS REQUERIDAS AO AUDITOR INTERNO
   1. O Código de Ética, editado pelo IIA, parte integrante das orientações mandatórias8 para a prática profissional da auditoria interna, descreve os seguintes requisitos mínimos de conduta e expectativas comportamentais relativamente a indivíduos e organizações, na condução da auditoria interna: integridade; objetividade; confidencialidade e competência.
   2. As Nats editadas pelo TCU requerem dos auditores atuação norteada pelos seguintes comportamentos: cautela, zelo e julgamento profissional; competência e desenvolvimento contínuo; independência e imparcialidade; cortesia; ausência de conflito de interesses; e sigilo profissional sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções.
   3. A Resolução CNJ nº 171/2013, em seu art. 57, e a Resolução Administrativa TRE- BA nº 6/2015, em seu art. 10, elencam, dentre os comportamentos requeridos dos auditores internos, os seguintes princípios ou regras de conduta: comportamento ético; zelo e cautela profissional; aprimoramento profissional; independência funcional; imparcialidade/objetividade; e confidencialidade.
   4. Paralelamente, o planejamento estratégico do TRE-BA para o ciclo 2016-2021, aprovado por meio da Resolução Administrativa do Pleno nº 14, de 14 de dezembro de 2015, estabelece que os seguintes valores deverão nortear a atuação ou o comportamento dos gestores e demais colaboradores do Órgão: ética; imparcialidade; transparência; respeito ao ser humano; e responsabilidade socioambiental. Elenca, ainda, dentre os atributos de valor que deverão restar associados às entregas realizadas pelo Tribunal: acessibilidade; celeridade; credibilidade; efetividade; e modernidade.
   5. Por fim, o Código de Ética do TRE-BA – Resolução Administrativa TRE-BA nº 3/2017 –, estabelece, em seu art. 2º, que a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia, a preservação do patrimônio, da honra e da tradição dos serviços públicos e a conduta ética devem ser observados pelos servidores do Tribunal com vistas ao atendimento aos princípios norteadores da Administração Pública.

7 Estrutura Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (IPPF), 2016. Instituto Global dos Auditores Internos (IIA). Definição de auditoria interna. A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação (*assurance*) e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia uma organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

8 Estrutura de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (IPPF), 2016. Instituto Global dos Auditores Internos (IIA). Orientações mandatórias: princípios fundamentais; Código de Ética; definição de auditoria interna; e normas de atributo e desempenho.

* 1. A Resolução Administrativa do TRE-BA nº 5, de 28 de maio de 2013, que dispõe sobre o Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal, elenca, nos arts. 17 a 20, as atribuições funcionais ou regulamentares da COGES e respectivas seções vinculadas (SEAGES, SEAPE e SEAUD) afetas ao exercício da atividade de auditoria interna, em suas vertentes avaliativa e consultiva, estabelecendo, portanto, parâmetros referenciais para o mapeamento de competências técnicas exigidas.
  2. Assim, no que tange às competências requeridas aos auditores internos do TRE-BA, em consonância com aquelas explicitadas nos subitens anteriores, decorrentes do quanto previsto em normativos reguladores da prática profissional da auditoria interna, no Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal, na Estratégia 2016-2021 e no Código de Ética organizacional, delineia-se, na sequência, rol referencial de conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais ao bom e regular exercício da atividade de auditoria interna:

Tabela 1: Competências comportamentais requeridas aos auditores internos do TRE-BA:

|  |  |
| --- | --- |
|  | COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS – AUDITORES INTERNOS |
| 1 | Ética |
| 2 | Independência |
| 3 | Imparcialidade |
| 4 | Transparência |
| 5 | Cautela e zelo profissional |
| 6 | Ceticismo profissional |
| 7 | Sigilo profissional |
| 8 | Cortesia |
| 9 | Foco e concentração |
| 10 | Orientação para resultados |
| 11 | Planejamento e racionalização de demandas |
| 12 | Orientação para aprendizado e autodesenvolvimento profissional |
| 13 | Interlocução com o público interno e externo |
| 14 | Negociação e solução de conflitos |
| 15 | Escuta ativa |
| 16 | Raciocínio lógico e analítico |
| 17 | Condução de reuniões |
| 18 | Comunicação verbal e escrita |
| 19 | Relacionamento interpessoal |
| 20 | Inteligência emocional |
| 21 | Visão sistêmica |

*Fonte: Pesquisa realizada junto aos auditores internos da COGES/SCI/TRE-BA, em outubro/2017.*

Tabela 2: Competências técnicas requeridas aos auditores internos do TRE-BA:

|  |  |
| --- | --- |
|  | COMPETÊNCIAS TÉCNICAS – AUDITORES INTERNOS |
| 1 | Normas, técnicas, padrões e metodologias de auditoria interna |
| 2 | Critérios referenciais para avaliação de governança, gestão de riscos e controle interno |
| 3 | Normas, técnicas, padrões e metodologias afetos a processos ou objetos auditáveis |
| 4 | Estrutura, competências, funcionamento e trâmite processual da organização |
| 5 | Governança, gerenciamento de riscos e controle interno |
| 6 | Gestão pública |
| 7 | Gestão estratégica |
| 8 | Gestão de projetos |
| 9 | Gestão de processos e da qualidade |
| 10 | Gestão de pessoas |
| 11 | Gestão de tecnologia da informação e comunicação |
| 12 | Gestão de compras, contratações e convênios |

|  |  |
| --- | --- |
|  | COMPETÊNCIAS TÉCNICAS – AUDITORES INTERNOS |
| 13 | Gestão orçamentária, contábil, financeira e patrimonial |
| 14 | Gestão do conhecimento e da informação |
| 15 | Gestão de segurança da informação |
| 16 | Obras públicas |
| 17 | Legislação (interpretação, ponderação e aplicação) |
| 18 | Redação de correspondências oficiais |
| 19 | Redação de atas, pareceres e relatórios |
| 20 | Cálculos matemáticos, estatísticos e amostrais |
| 21 | *Softwares* essenciais voltados à edição de textos, planilhas e apresentações |
| 22 | *Softwares* corporativos de auditoria interna |
| 23 | *Softwares* corporativos afetos a processos ou objetos auditáveis |
| 24 | *Softwares* externos associados ao cumprimento de obrigações de *accountability* e apoio ao  controle externo |

*Fonte: Pesquisa realizada junto aos auditores internos da COGES/SCI/TRE-BA, em outubro/2017.*

* 1. Paralelamente, deve-se registrar, no que tange aos servidores designados para o exercício de posições de liderança da COGES e respectivas seções vinculadas, a necessidade de complementação do rol de competências comportamentais elencadas na tabela 1, de modo a contemplar as habilidades ou atitudes de liderança e tomada de decisão, sem prejuízo das demais competências requeridas aos ocupantes de cargos ou funções comissionadas do Tribunal.

1. ANÁLISE DIAGNÓSTICA DE PESSSOAL
   1. A COGES conta, atualmente, com força de trabalho composta por 11 servidores, assim distribuídos: 1, lotado na COGES; 4, na Seção de Acompanhamento e Orientação à Gestão Administrativa (SEAGES); 3, na Seção de Acompanhamento e Orientação à Gestão de Pessoal (SEAPE); e 3, na Seção de Auditoria (SEAUD), observados cargo, formação e tempo de lotação discriminados na tabela 2, colacionada na sequência:

Tabela 3: Perfil quantitativo e qualitativo da força de trabalho da COGES – Outubro/2017:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | SERVIDOR | CARGO | FORMAÇÃO | INÍCIO DE  LOTAÇÃO |
| COGES | Fernanda Costa Guimarães | Analista Judiciário – Área Judiciária/CJ2 | Direito | 1º/4/2014  (3 anos/7 meses) |
| SEAGES | Ângela Roberta Esquerdo Gonzaga | Analista Judiciário –  Área Administrativa | Direito | 31/3/2016  (1 ano/7 meses) |
| Eduardo Machado Oliveira | Analista Judiciário –  Área Judiciária | Direito | 16/4/2012  (5 anos/6 meses) |
| Geraldo Majella Nunes de Moura | Técnico Judiciário | Graduação em Contabilidade  em andamento | 28/9/2007  (10 anos/1meses) |
| Maria Regina Ribeiro Santana | Analista Judiciário –  Área Administrativa/FC6 | Direito | 24/4/2017  (6meses) |
| SEAPE | Camille Pedreira Bastos | Analista Judiciário –  Área Judiciária | Direito | 11/7/2016  (1 ano/3 meses) |
| Ricardo Mota Mascarenhas | Analista Judiciário –  Área Judiciária | Direito | 20/4/2017  (6 meses) |
| Záide Checcucci Junqueira  Ayres | Analista Judiciário – Área  Administrativa/FC6 | Administração | 8/4/2016  (1 ano/6 meses) |
| SEAUD | Antonio Fernando dos Santos Paixão | Técnico Judiciário/FC6 | Direito | 27/1/2017\*  (9 meses) |
| Mirela Rios Cruz de Jesus | Analista Judiciário –  Área Judiciária | Direito | 11/5/2017\*\*  (5 meses) |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | SERVIDOR | CARGO | FORMAÇÃO | INÍCIO DE  LOTAÇÃO |
|  | Ricardo Nascimento Cantharino | Técnico Judiciário/FC1 | Administração | 16/4/2016  (1 ano/6 meses) |

*\*Servidor lotado anteriormente na COGES, no período compreendido entre 31/7/2010 e 31/8/2015 (5 anos e 1 mês).*

*\*\* Servidora lotada anteriormente na COGES, no período compreendido entre 19/5/2009 e 25/11/2010 (1 anos e 7 meses). Fonte: informações fornecidas pela EFAS, em 18/10/2017, e disponíveis no Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), consoante consulta realizada em 30/10/2017.*

* 1. Analisados o perfil quantitativo e qualitativo da força de trabalho da COGES e respectivas unidades operacionais vinculadas, exibido na tabela 3, e considerando- se 4 anos, o tempo referencial médio requerido ao desenvolvimento de competências necessárias ao bom e regular exercício da atividade de auditoria interna, observa-se que:
     1. Apenas 27,27% do quadro – 3 servidores – conta com, pelo menos, 3 anos consecutivos de lotação; cerca de 27,27% – 3 servidores – conta com, pelo menos, 1 ano e 6 meses ininterruptos de lotação; 9,1% – 1 servidor – encontra-se lotado na referida Coordenadoria há, pelo menos, 1 ano; 27,27 – 3 servidores – conta com, ao menos, 6 meses de lotação; e cerca 9 % – 1 servidor –, encontra-se lotado na COGES há menos de 6 meses.
  2. Examinadas, ainda, horizontal e verticalmente, informações atinentes à lotação e capacitação de pessoal da COGES, ao longo dos três últimos exercícios, fornecidas pela Escola de Formação e Desenvolvimento de Servidores (EFAS) deste Regional, consoante tabela constante do Anexo II, bem como informações referentes à rotatividade dos ocupantes de posições de liderança da unidade, observado idêntico período, conclui-se que:
     1. Considerado o exercício 2017, observou-se redução do quadro de pessoal da ordem de 15%, relativamente a 2015, quando a Coordenadoria contava com 13 servidores;
     2. Não obstante, em 2016, apurou-se preocupante índice de rotatividade do quadro de pessoal – 62%, relativamente a 2015 –, sendo que, em 2017, a rotatividade do quadro apurada, embora de menor expressividade, restou circunscrita a 25% em relação a 2016;
     3. Paralelamente, nos últimos três exercícios, observou-se, ainda: alternância da titularidade da COGES, por duas vezes; mudança da chefia da SEAGES e SEAUD em dois momentos distintos; e alternância da titularidade da SEAPE, por três vezes, sendo as duas últimas num mesmo exercício;
     4. Adicionalmente, categorizados9 os eventos de capacitação realizados nos últimos três exercícios em “técnicos”, “áreas auditáveis” e “outros”, registrou-se a realização de apenas uma ação anual de capacitação afeta à pratica profissional de auditoria interna que atingiu a totalidade dos servidores em exercício;
     5. Registre-se carência, ainda, de treinamentos comportamentais ou associados à liderança e gestão de pessoas, essenciais ao exercício da atividade de auditoria interna, sobretudo se considerada a utilização da abordagem baseada em riscos

9 Categorização de treinamentos ministrados aos servidores lotados na COGES e respectivas unidades operacionais vinculadas, ao longo de 2015, 2016 e 2017 (até 18/10/2017): técnicos, aqueles relativos a normas, padrões e práticas profissionais de auditoria interna; áreas auditáveis, aqueles relacionados a objetos passíveis de auditoria; e outros, aqueles não abarcados nas categorias anteriores.

(ABR) para a condução das ações fiscalizatórias, que requer intensa interação, inteligência emocional, habilidades para negociação e gestão de conflitos e construção conjunta de conhecimentos atinentes a riscos e controles associados ao objeto ou processo de trabalho auditado.

* + 1. Acrescente-se, por fim, ausência, até a presente data, de servidor em gozo de abono de permanência ou em expectativa de preenchimento de requisitos para aposentação ao longo dos próximos três exercícios.
  1. Nesse sentido, a leitura dos números explicitados no subitem anterior revela um cenário de considerável rotatividade de pessoal, significativa alternância de líderes e aprofundada deficiência de capacitação técnica, em auditoria interna, nos três últimos exercícios, determinante, portanto, da limitação da capacidade operacional da COGES e potencialmente comprometedor, ainda, da qualidade das conclusões e pertinência dos encaminhamentos propostos.
  2. Esclareça-se que os referidos fatores associados concorrem para o enraizamento de vulnerabilidades ensejadoras de materialização de riscos afetos ao comprometimento da qualidade e celeridade das entregas da Unidade de Auditoria do Tribunal, repercutindo, assim, em sua capacidade de alcançar seu propósito primário de aumentar e proteger o valor organizacional, mediante fornecimento de avaliação, consultoria e percepção para o futuro.
  3. Registre-se, por oportuno, que, não obstante cenário adverso ora evidenciado, a Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCI) deste Regional vem desenvolvendo ações, ao longo dos últimos exercícios, a exemplo de formação de grupos de estudo e multiplicação interna de conhecimentos, no sentido de minimizar fraquezas, contornar ameaças e, assim, aperfeiçoar a atividade de auditoria interna desenvolvida no Tribunal, aprimorando, por consequência, a eficácia e a qualidade dos resultados dos trabalhos realizados.
  4. Tal esforço tem-se materializado no incremento da adesão aos padrões internacional e nacionalmente exigidos à prática profissional da auditoria interna, repercutindo, inclusive, na seleção sucessiva de trabalhos para apresentação, na categoria “boas práticas”, em eventos de Auditoria Governamental de âmbito nacional, quais sejam: II Fórum de Boas Práticas em Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário, Brasília – DF, junho/2016 (Auditoria de avaliação de controles internos em nível de entidade TRE-BA – PAA2014); III Fórum de Boas Práticas em Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário, Recife – PE, junho/2017 (Auditoria de contratações terceirizadas TRE-BA: uma abordagem baseada em riscos – PAA2016); e IX Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental, Brasília – DF, outubro/2017 (Projeto Auditoria é mais parceria).

1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL DA SAU10
   1. Identificadas lacunas entre as competências requeridas aos auditores internos explicitadas na seção 2 e aquelas efetivamente apresentadas pelos servidores lotados na COGES e respectivas seções vinculadas, consoante pesquisa interna

10 A Portaria da Presidência do TRE-BA nº 611, de 27 de novembro de 2018 procedeu à revisão do PDP da COGES 2018-2021 estendendo-o a toda a Secretaria de Auditoria Interna (SAU) e alterando, ainda, a previsão de ações de capacitação consignada para os exercícios 2019, 2020 e 2021, em face da alteração de diretrizes para as Auditorias Integradas da Justiça Eleitoral, em consonância com os itens 18 e 19 da Informação nº 8/2018/SCI/TSE.

realizada e registro histórico de capacitação atinente aos três últimos exercícios, evidenciado na seção 3, propõe-se o presente Plano de Desenvolvimento de Pessoal da SAU, contemplando ações de capacitação requeridas ao bom e regular exercício da atividade de auditoria interna, no âmbito deste Regional.

* 1. Esclareça-se que o plano de desenvolvimento de pessoal colacionado no Anexo I restou formulado sob a diretriz de capacitação continuada do quadro de pessoal da SAU, prevendo ações de treinamento instrumentais ou basilares, intermediárias e, também, avançadas ou de aprofundamento em temáticas ou técnicas de auditoria específicas,observado o prazo mínimo fixado em quatro anos para integral atingimento de domínio e proficiência dos conhecimentos, habilidades e atitudes que referenciaram as análises ora explicitadas.
  2. Registre-se, ainda, que a seleção de ações de capacitação a serem priorizadas nos próximos quatro exercícios observou, ainda, ações fiscalizatórias a serem desenvolvidas em 2018 e exercícios subsequentes, consoante Plano de Auditoria de Longo Prazo referente ao quadriênio 2018-2021 (PALP 2018-2021), Plano Anual de Atividades da COGES para o próximo ano (PAA 2018) e diretrizes provenientes do CNJ e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no tange às ações coordenadas e integradas de auditoria, respectivamente, a serem realizadas entre 2018 e 2021.
  3. Assim, o Plano de Desenvolvimento de Pessoal da SAU 2016-2021 ora apresentado, observará subdivisão em planejamentos anuais, resultando, portanto, em Planos de Capacitação específicos para 2018, 2019, 2020 e 2021, de modo a alinhar a estratégia de capacitação voltada à formação gradual e contínua de auditores internos de cada exercício ao planejamento de atividades fiscalizatórias aprovado para o período de referência.
  4. Ressalte-se que o quantitativo de servidores a serem capacitados em cada exercício está sujeito a variação, considerando possibilidade de alteração do quadro de pessoal da SAU, decorrente de reposição de servidores egressos ou redimensionamento da força de trabalho. Do mesmo modo, as ações de capacitação definidas para exercícios vindouros podem ser objeto de retificação em face de alteração superveniente de diretrizes ou demandas apresentadas à SAU deste Regional.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS
   1. A asseguração do contínuo desenvolvimento de competências requeridas ao quadro de pessoal de uma organização constitui boa prática de governança pública consolidada, consoante Guia referencial aplicável a órgãos e entidades públicas, editado pelo TCU11.
   2. A capacitação do corpo funcional constitui, portanto, condição basilar ou primária requerida ao bom e regular exercício das atividades atribuídas, concorrendo para a garantia da qualidade e celeridade das entregas previstas. Paralelamente, o regular desenvolvimento de competências instrumentaliza, ainda, o corpo de colaboradores de uma organização para o cumprimento de metas e compromissos definidos pela gestão, auxiliando-a na concretização da missão e no alcance da visão de futuro estabelecidas.

11 Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública / Tribunal de Contas da União. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. 80 p. Prática L1.2 - Assegurar a adequada capacitação dos membros da alta administração.

* 1. Observado o atual cenário de inexistência de carreira própria afeta ao exercício da atividade de auditoria interna, no âmbito do Poder Judiciário, ou, ainda, de incentivos afetos à gratificação, em pecúnia, pelo desempenho das referidas funções, e considerados, ainda, as responsabilidades decorrentes e o valor agregado à gestão pelos trabalhos realizados, a promoção do desenvolvimento das equipes de auditoria apresenta-se como fator catalisador da motivação de servidores para o exercício do *mister* que lhes foi atribuído.
  2. A proposta alinha-se, ainda, ao objetivo previsto na estratégia institucional para 2016-2021, “melhorar o desempenho dos processos organizacionais”, na medida em que concorre para a maximização da qualidade das entregas e minimização de respectivos custos e riscos associados. Assim, o aperfeiçoamento da atuação dos auditores internos repercute diretamente no incremento da eficácia das análises e conclusões e no aprimoramento dos encaminhamentos legados à gestão, quando da proposição de melhoria dos processos organizacionais, notadamente daqueles afetos a governança, gerenciamento de riscos e controle interno.
  3. Nesse sentido, espera-se que a aprovação e implementação do presente Plano de Desenvolvimento de Pessoal da SAU e respectivos planos de capacitação anuais contribuam para a asseguração, aos auditores internos deste Regional, de perspectiva de formação básica e desenvolvimento continuado das competências essenciais ao exercício da atividade de auditoria interna, em suas vertentes avaliativa e consultiva, possibilitando aos servidores o pleno desenvolvimento de potencialidades individuais, de modo a repercutir na melhoria coletiva dos trabalhos realizados e, ainda, na promoção de um clima organizacional positivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Secretaria de Auditoria Interna

ANEXO I

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL DA SAU 2018-2021

**Premissas primárias:** formação gradual e continuada dos Auditores Internos da SAU e alinhamento ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) do exercício de referência, contemplando, inclusive, diretrizes expedidas pelo CNJ e TSE referentes a ações fiscalizatórias coordenadas e integradas a serem realizadas no período.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PLANO DE CAPACITAÇÃO 2018** | | |
| AÇÃO DE CAPACITAÇÃO | SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO | SERVIDORES  CONTEMPLADOS |
| COSO ERM – Gerenciamento de riscos – Estrutura integrada\*\* | Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil) | 12 |
| AUDI 1 – Órgãos Públicos\*\* | Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil) | 12 |
| Auditoria baseada em riscos (ABR) com foco no setor público | Escola Nacional de Governo ou instituição de reputação  similar | 12 |
| Comunicação de resultados (Reporte) com foco no setor público | Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil) | 12 |
| Auditoria de governança e gestão de pessoas com ABR, no setor público | Escola Nacional de Governo ou instituição de reputação  similar | 10 |
| Auditoria de governança e gestão de TIC com ABR no setor público | Escola Nacional de Governo ou instituição de reputação  similar | 10 |
| Governança, gestão de riscos e controle interno no setor público | Escola Nacional de Governo ou instituição de reputação  similar | 12 |
| Governança e gestão de pessoas no setor público | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 12 |
| Governança e gestão de TIC no setor público, com foco nas seguintes boas práticas: COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technologies*), ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*), PMBOK (*Project Management Body of Knowledge), CMMI* (*Capability Maturity Model Integration*),  ISO 17799 e ISO 27001 (Padrões de Segurança da Informação), observadas últimas versões publicadas. | Escola Superior de Redes ou instituição de reputação similar | 10 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PLANO DE CAPACITAÇÃO 2018** | | |
| AÇÃO DE CAPACITAÇÃO | SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO | SERVIDORES  CONTEMPLADOS |
| Gestão de processos e da qualidade\*\* | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 12 |
| Aposentadorias e pensões no serviço público – Principais inovações | José Afonso Pires Ferreira Júnior/Hexagon Consultores  Associados | 5 |
| Cálculo de proventos de aposentadoria pela média aritmética no serviço público | José Afonso Pires Ferreira Júnior/Hexagon Consultores  Associados | 5 |
| Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissões e Concessões (SISAC) | Tribunal de Contas da União (TCU) | 7 |
| Licitações e contratos – Atualização normativa e jurisprudência do TCU | Zênite Eventos, Instituto Negócios Públicos ou instituição  de reputação similar | 6 |
| Lei de Responsabilidade Fiscal – Atualizações\*\* | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 10 |
| SIAFI e Tesouro Gerencial\*\* | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 5 |
| Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário | Comissão de Órgãos de Auditoria Interna do Poder  Judiciário | 5 |
| Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental | Conselho de Dirigentes de Órgãos de Controle Interno da  União (DICON) | 5 |
| Fórum Nacional de Controle | Tribunal de Contas da União (TCU) | 2 |
| Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (CONBRAI) | Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil) | 3 |
| Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas  Aquisições | Instituto Negócios Públicos (INP) | 2 |

*\*Ações previstas e quantitativo de servidores a serem contemplados passível de variação, considerando eventual alteração de diretrizes da Alta Gestão ou de órgãos de controle externo, bem como do quadro de pessoal da SAU.*

*\*\* Ações não realizadas em 2018, deslocadas para 2019, consoante proposta de revisão do PDP 2018-2021 aprovada por meio da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 611/2018.*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PLANO DE CAPACITAÇÃO 201912** | | |
| AÇÃO DE CAPACITAÇÃO | SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO | SERVIDORES  CONTEMPLADOS |
| COSO ERM – Gerenciamento de riscos – Estrutura integrada | Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil) | 17 |
| Auto avaliação de controles e riscos | Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil) | 17 |

12 Planos Anuais de Capacitação referentes aos exercícios 2019, 2020 e 2021 alterados, consoante proposta de revisão do PDP 2018-2021 aprovada por meio da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 611/2018.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PLANO DE CAPACITAÇÃO 201912** | | |
| AÇÃO DE CAPACITAÇÃO | SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO | SERVIDORES  CONTEMPLADOS |
| AUDI 1 – Órgãos Públicos | Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil) | 17 |
| AUDI 2 – Órgãos Públicos | Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil) | 17 |
| Auditoria baseada em riscos (ABR) com foco no setor público - Atualização | Gizelma Lima Consultoria e Treinamentos | 17 |
| Auditoria de governança e gestão orçamentária, financeira, contábil e  patrimonial com foco no setor público | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 10 |
| Contabilidade aplicada ao setor público | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 10 |
| Lei de Responsabilidade Fiscal | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 10 |
| SIAFI e Tesouro Gerencial | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 10 |
| Tesouro Gerencial Avançado | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 10 |
| Governança e gestão da informação ou documental | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 10 |
| Estrutura tecnológica de TI – *hardware, software* e rede de dados | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 10 |
| Gestão de infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 6 |
| Licitações e contratos – Atualização normativa e jurisprudência do TCU | Zênite Eventos, Instituto Negócios Públicos ou instituição de  reputação similar | 10 |
| Averbação de tempo de serviço | José Afonso Pires Ferreira Júnior/Hexagon Consultores  Associados | 6 |
| Folha de pagamento | José Afonso Pires Ferreira Júnior/Hexagon Consultores  Associados | 6 |
| Concessão de Aposentadorias e Pensões no Serviço Público | José Afonso Pires Ferreira Júnior/Hexagon Consultores  Associados | 6 |
| Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário | Comissão de Órgãos de Auditoria Interna do Poder  Judiciário | 6 |
| Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental | Conselho de Dirigentes de Órgãos de Controle Interno da  União (DICON) | 6 |
| Fórum Nacional de Controle | Tribunal de Contas da União (TCU) | 2 |
| Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (CONBRAI) | Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil) | 4 |
| 14º Congresso Brasileiro de Pregoeiros | Instituto Negócios Públicos (INP) | 1 |
| Desenvolvimento de apresentações (falar em público – Retórica/Oratória) | Daniel Jerzini/Instituto Negócios Públicos | 8 |
| Técnicas de desenvolvimento de trabalhos em equipe (Realização de Oficinas) | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 17 |
| Curso na área de planejamento, estratégia e gestão | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 17 |
| Curso de mapeamento e modelagem de processos | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 17 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PLANO DE CAPACITAÇÃO 201912** | | |
| AÇÃO DE CAPACITAÇÃO | SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO | SERVIDORES  CONTEMPLADOS |
| Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas  Aquisições | Instituto Negócios Públicos (INP) | 2 |

*\*Ações previstas e quantitativo de servidores a serem contemplados passível de variação, considerando eventual alteração de diretrizes da Alta Gestão ou de órgãos de controle externo, bem como do quadro de pessoal da SAU.*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PLANO DE CAPACITAÇÃO 202013** | | |
| AÇÃO DE CAPACITAÇÃO | SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO | SERVIDORES  CONTEMPLADOS |
| AUDI 3 – Órgãos Públicos | Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil) | 17 |
| Auditoria baseada em riscos (ABR) com foco no setor público –  Atualização | Gizelma Lima Consultoria e Treinamentos | 17 |
| Auditoria de governança, gestão de riscos e controle interno em nível de  entidade, no setor publico | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 17 |
| Auditoria operacional no setor público | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 17 |
| Planejamento e gerenciamento de auditorias | Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil) | 17 |
| Comunicação de resultados (Reporte) com foco no setor público | Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil) | 17 |
| Técnicas de Auditoria | Gizelma Lima Consultoria e Treinamentos | 17 |
| Gestão de processos e da qualidade | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 17 |
| Licitações e contratos – Atualização normativa e jurisprudência do TCU | Zênite Eventos, Instituto Negócios Públicos ou instituição  de reputação similar | 6 |
| Critérios de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 6 |
| Suprimento de Fundos | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 6 |
| Inteligência emocional | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 12 |
| Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário | Comissão de Órgãos de Auditoria Interna do Poder  Judiciário | 6 |
| Fórum Nacional de Controle | Tribunal de Contas da União (TCU) | 2 |
| Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (CONBRAI) | Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil) | 4 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PLANO DE CAPACITAÇÃO 202013** | | |
| AÇÃO DE CAPACITAÇÃO | SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO | SERVIDORES  CONTEMPLADOS |
| Curso de Gestão Organizacional | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 9 |
| Técnica Análise SWOT e Diagrama de Verificação de riscos (DVR) | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 17 |
| Técnica de Benchmarking | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 17 |
| Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos  nas Aquisições | Instituto Negócios Públicos (INP) | 2 |

*\*Ações previstas e quantitativo de servidores a serem contemplados passível de variação, considerando eventual alteração de diretrizes da Alta Gestão ou de órgãos de controle externo, bem como do quadro de pessoal da SAU.*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PLANO DE CAPACITAÇÃO 202114** | | |
| AÇÃO DE CAPACITAÇÃO | SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO | SERVIDORES  CONTEMPLADOS |
| Auditoria baseada em riscos (ABR) com foco no setor público – Atualização | Escola Nacional de Governo ou instituição de reputação  similar | 17 |
| Preparação para certificação em auditoria interna (CIA) | Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil) | 17 |
| Auditoria de governança e gestão patrimonial com foco no setor público | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 10 |
| Auditoria de governança e gestão de aquisições com foco no setor público | Escola Nacional de Governo ou instituição de reputação  similar | 10 |
| Auditoria de governança e gestão de obras com foco no setor público | Escola Nacional de Governo ou instituição de reputação  similar | 10 |
| Governança e gestão patrimonial no setor público | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 10 |
| Governança e gestão de aquisições no setor público | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 10 |
| Licitações e contratos – Atualização normativa e jurisprudência do TCU | Zênite Eventos, Instituto Negócios Públicos ou instituição  de reputação similar | 10 |
| Legislação trabalhista e previdenciária – Atualização | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 10 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PLANO DE CAPACITAÇÃO 202114** | | |
| AÇÃO DE CAPACITAÇÃO | SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO | SERVIDORES  CONTEMPLADOS |
| Retenção de tributos em contratações públicas | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 10 |
| Gestão de conta vinculada | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 10 |
| Oratória e condução de reuniões | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 17 |
| Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário | Comissão de Órgãos de Auditoria Interna do Poder  Judiciário | 6 |
| Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental | Conselho de Dirigentes de Órgãos de Controle Interno da  União (DICON) | 6 |
| Fórum Nacional de Controle | Tribunal de Contas da União (TCU) | 2 |
| Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (CONBRAI) | Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil) | 4 |
| Técnicas de como realizar entrevistas | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 17 |
| Curso de Gestão de Projetos | Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior | 17 |
| Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas  Aquisições | Instituto Negócios Públicos (INP) | 2 |

*\*Ações previstas e quantitativo de servidores a serem contemplados passível de variação, considerando eventual alteração de diretrizes da Alta Gestão ou de órgãos de controle externo, bem como do quadro de pessoal da SAU.*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Secretaria de Auditoria Interna

ANEXO I

# HISTÓRICO DE CAPACITAÇÃO DA COGES 2015-2017

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2015 | ANA CAROLINA MARQUES VALENTE IUNES | SEAGES | 10/12/2013 a 29/3/2016 | AUDITORIA BASEADA EM  RISCOS NO SETOR PÚBLICO | X |  |  |
| 2015 | ANA CAROLINA MARQUES VALENTE IUNES | SEAGES | PROCESSOADMINISTRATIVODIGITAL |  |  | X |
| **TOTAL** | **2** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **0** | **1** |
| 2015 | ANA MARIA FONSÊCA DE QUEIROZ | SEAPE | 6/7/2006 a 3/4/2016 | ANÁLISE ECONCESSÃO DE REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO, CLAROSDE LOTAÇÃO,EXERCÍCIO PROVISÓRIOELICENÇAPARA ACOMPANHARCÔNJUGE -  LEGISLAÇÃO EJURISPRUDENCIA STF, STJ,TCUETRF |  | X |  |
| 2015 | ANA MARIA FONSÊCA DE QUEIROZ | SEAPE | AUDITORIA BASEADA EM  RISCOS NO SETOR PÚBLICO | X |  |  |
| 2015 | ANA MARIA FONSÊCA DE QUEIROZ | SEAPE | DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PREVIDÊNCIA PÚBLICA E  FUNPRESP |  | X |  |
| 2015 | ANA MARIA FONSÊCA DE QUEIROZ | SEAPE | PROCESSOADMINISTRATIVODIGITAL |  |  | X |
| 2015 | ANA MARIA FONSÊCA DE QUEIROZ | SEAPE | SEDAS - O ENFRENTAMENTO DO DIAGNÓSTICO DO  CÂNCER, SUA DOR E CAMINHOS A TRILHAR |  |  | X |
| **TOTAL** | **5** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **2** | **2** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2015 | ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO | SEAUD | 5/7/2002 a 13/9/2017 | 12ªSEMANADEADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA,FINANCEIRAEDE CONTRATAÇÕESPÚBLICAS-REGIÃO5-  SALVADOR-5A09/10/2015 |  | X |  |
| 2015 | ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO | SEAUD | AUDITORIA BASEADA EM  RISCOS NO SETOR PÚBLICO | X |  |  |
| **TOTAL** | **2** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **1** | **0** |
| 2015 | ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS PAIXÃO | SEAUD | 27/1/2017 até o momento | AUDITORIA BASEADA EM  RISCOS NO SETOR PÚBLICO | X |  |  |
| **TOTAL** | **1** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **0** | **0** |
| 2015 | DANIELLE DÉBORA CERQUEIRA OLIVEIRA | SEAPE | 1º/9/2013 a 28/3/2016 | AVIDAQUEVALEAPENASERVIVIDA EMTEMPOSLÍQUIDOS,COMLEANDRO  KARNAL |  |  | X |
| 2015 | DANIELLE DÉBORA CERQUEIRA OLIVEIRA | SEAPE | ANÁLISE ECONCESSÃO DE REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO, CLAROSDE LOTAÇÃO,EXERCÍCIO PROVISÓRIOELICENÇAPARA ACOMPANHARCÔNJUGE -  LEGISLAÇÃO EJURISPRUDENCIA STF, STJ,TCUETRF |  | X |  |
| 2015 | DANIELLE DÉBORA CERQUEIRA OLIVEIRA | SEAPE | AUDITORIA BASEADA EM  RISCOS NO SETOR PÚBLICO | X |  |  |
| 2015 | DANIELLE DÉBORA CERQUEIRA OLIVEIRA | SEAPE | DIREITOPREVIDENCIÁRIO-  PREVIDÊNCIAPÚBLICAEFUNPRESP |  | X |  |
| 2015 | DANIELLE DÉBORA CERQUEIRA OLIVEIRA | SEAPE | PROCESSOADMINISTRATIVODIGITAL |  |  | X |
| 2015 | DANIELLE DÉBORA CERQUEIRA OLIVEIRA | SEAPE | SEDAS-OENFRENTAMENTODO DIAGNÓSTICODOCÂNCER,SUA  DORECAMINHOSATRILHAR |  |  | X |
| **TOTAL** | **6** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **2** | **3** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2015 | EDUARDO MACHADO OLIVEIRA | SEAGES | 16/4/2012 até o momento | AUDITORIA BASEADA EM  RISCOS NO SETOR PÚBLICO | X |  |  |
| **TOTAL** | **1** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **0** | **0** |
| 2015 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | SEAUD | 1º/4/2014 até o momento | AUDITORIA BASEADA EM  RISCOS NO SETOR PÚBLICO | X |  |  |
| 2015 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | SEAUD | ÉTICA: UMA QUESTÃO DE  ESCOLHA 2015 |  |  | X |
| 2015 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | SEAUD | GESTÃO DE PROJETOS |  | X |  |
| 2015 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | SEAUD | PLANEJAMENTODE CONTRATAÇÕESDETINO  JUDICIÁRIO - RESOLUÇÃO182/2013 |  | X |  |
| 2015 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | SEAUD | PROCESSOADMINISTRATIVODIGITAL |  |  | X |
| **TOTAL** | **5** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **2** | **2** |
| 2015 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | 28/9/2007 até o momento | 12ª SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - REGIÃO 5 - SALVADOR - 5 A  09/10/2015 |  | X |  |
| 2015 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | AUDITORIA BASEADA EM  RISCOS NO SETOR PÚBLICO | X |  |  |
| 2015 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | PROCESSOADMINISTRATIVODIGITAL |  |  | X |
| 2015 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | TESOURO GERENCIAL |  | X |  |
| **TOTAL** | **4** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **2** | **1** |
| 2015 | JOSAFÁ DA SILVA COELHO | SEAPE | 23/5/2016 a 13/2/2017 | PROCESSOADMINISTRATIVODIGITAL |  |  | X |
| **TOTAL** | **1** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **0** | **0** | **1** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2015 | JOSEMAR MOINHOS DE MIRANDA | SEAUD | 1º/6/2013 a 29/3/2016 | AUDITORIA BASEADA EM  RISCOS NO SETOR PÚBLICO | X |  |  |
| 2015 | JOSEMAR MOINHOS DE MIRANDA | SEAUD | PROCESSOADMINISTRATIVODIGITAL |  |  | X |
| **TOTAL** | **2** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **0** | **1** |
| 2015 | MARIA ISABEL MOURA CAMPOS | COGES | 16/3/2006 a 27/3/2016 | AUDITORIA BASEADA EM  RISCOS NO SETOR PÚBLICO | X |  |  |
| **TOTAL** | **1** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **0** | **0** |
| 2015 | PATRÍCIA CALEFFI | SEAGES | 16/4/2012 a 27/3/2016 | 12ªSEMANADE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA,FINANCEIRAE DECONTRATAÇÕESPÚBLICAS- REGIÃO5- SALVADOR-5A  09/10/2015 |  | X |  |
| 2015 | PATRÍCIA CALEFFI | SEAGES | AUDITORIA BASEADA EM  RISCOS NO SETOR PÚBLICO | X |  |  |
| 2015 | PATRÍCIA CALEFFI | SEAGES | OSGRANDESPROBLEMAS ENFRENTADOSNOJULGAMENTO DASLICITAÇÕES-COMOEVITAR,  COMO SOLUCIONAR EAS ORIENTAÇÕESDOTCU |  | X |  |
| 2015 | PATRÍCIA CALEFFI | SEAGES | TESOURO GERENCIAL |  | X |  |
| **TOTAL** | **4** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **3** | **0** |
| 2015 | RITA DANTAS FREITAS VIGAS | SEAUD | 30/5/2006 a 12/3/2017 | AUDITORIA BASEADA EM  RISCOS NO SETOR PÚBLICO | X |  |  |
| 2015 | RITA DANTAS FREITAS VIGAS | SEAUD | PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES DE TI NO JUDICIÁRIO - RESOLUÇÃO  182/2013 |  | X |  |
| **TOTAL** | **2** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **1** | **0** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2016 | ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO | COGES | 5/7/2002 a 13/9/2017 | APOSENTADORIASEPENSÕESNO SERVIÇOPÚBLICO-PRINCIPAIS INOVAÇÕES-ACORDÃOTCUN. 1.176/2015 -PLENÁRIO ELEIN.  13.135/2015 |  | X |  |
| 2016 | ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO | COGES | AUDITORIATEORIAEPRÁTICA  NOSETORPÚBLICO | X |  |  |
| 2016 | ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO | COGES | COSO ICIF 2013 | X |  |  |
| 2016 | ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO | COGES | LEGISLAÇÃO DEPESSOAL- ATUALIZAÇÃODORJU(LEINº 8.112/90E LEINº13.135,DE17/06/2015) EAVERBAÇÃO DETEMPODE  SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO |  | X |  |
| 2016 | ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO | COGES | PROGRAMADE  DESENVOLVIMENTODELÍDERES 2016 -T2-07,08E21/07 |  |  | X |
| 2016 | ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO | COGES | RESILIÊNCIA: A ARTE DE  SER FLEXÍVEL |  |  | X |
| **TOTAL** | **6** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **2** | **2** | **2** |
| 2016 | ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA | SEAGES | 31/3/2016 até o momento | AUDITORIATEORIAEPRÁTICA  NOSETORPÚBLICO | X |  |  |
| 2016 | ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA | SEAGES | CONTRATAÇÃO PÚBLICA- TEMASPOLÊMICOSE FUNDAMENTAISPARAQUEM ATUAEMLICITAÇÕESE CONTRATOSDE ACORDOCOMOS ENTENDIMENTOSDOTCUE  TRIBUNAISSUPERIORES |  | X |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2016 | ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA | SEAGES |  | TEMASATUAISEAPLICADOSDA TERCEIRIZAÇÃODESERVIÇOSNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- PLANEJAMENTO,JULGAMENTO E  EXECUÇÃODOCONTRATO |  | X |  |
| 2016 | ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA | SEAGES | TREINAMENTO DE GESTÃO  DE RISCOS (TURMA 1) |  | X |  |
| **TOTAL** | **4** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **3** | **0** |
| 2016 | CAMILLE PEDREIRA BASTOS | SEAPE | 11/7/2016 até o momento | EAD - CONCORDÂNCIA E  REGÊNCIA VERBAL |  |  | X |
| 2016 | CAMILLE PEDREIRA BASTOS | SEAPE | EAD -GERENCIAMENTODO  TEMPO(AUTOINSTRUCIONAL) |  |  | X |
| 2016 | CAMILLE PEDREIRA BASTOS | SEAPE | EAD - QUALIDADE DE VIDA |  |  | X |
| 2016 | CAMILLE PEDREIRA BASTOS | SEAPE | ÉTICA: COMO NOS  TORNAMOS QUEM SOMOS |  |  | X |
| **TOTAL** | **4** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **0** | **0** | **4** |
| 2016 | CRISTIAN PATRIC DE SOUSA SANTOS | SEAGES | 29/3/2016 a 23/4/2017 | AUDITORIATEORIAEPRÁTICA  NOSETORPÚBLICO | X |  |  |
| 2016 | CRISTIAN PATRIC DE SOUSA SANTOS | SEAGES | GOVERNANÇAEGESTÃODAS  AQUISIÇÕES |  | X |  |
| 2016 | CRISTIAN PATRIC DE SOUSA SANTOS | SEAGES | PROGRAMADE DESENVOLVIMENTODELÍDERES  2016 -T3-18,19E22/07 |  |  | X |
| 2016 | CRISTIAN PATRIC DE SOUSA SANTOS | SEAGES | RESILIÊNCIA:AARTEDE SER  FLEXÍVEL |  |  | X |
| 2016 | CRISTIAN PATRIC DE SOUSA SANTOS | SEAGES | TEMASATUAISEAPLICADOSDA TERCEIRIZAÇÃODESERVIÇOSNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- PLANEJAMENTO,JULGAMENTO E  EXECUÇÃODOCONTRATO |  | X |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2016 | CRISTIAN PATRIC DE SOUSA SANTOS | SEAGES |  | TREINAMENTO DE GESTÃO  DE RISCOS (TURMA 1) |  | X |  |
| **TOTAL** | **6** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **3** | **2** |
| 2016 | DANIELLE DÉBORA CERQUEIRA OLIVEIRA | SEAPE | 1º/9/2013 a 28/3/2016 | PRESTAÇÃODECONTASDE2015- ORIENTAÇÕESSOBRENORMASE PROCEDIMENTOSPARA ELABORAÇÃO-VIAINTERNET  (YOUTUBE) |  | X |  |
| **TOTAL** | **1** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **0** | **1** | **0** |
| 2016 | EDUARDO MACHADO OLIVEIRA | SEAGES | 16/4/2012 até o momento | AUDITORIATEORIAEPRÁTICA  NOSETORPÚBLICO | X |  |  |
| 2016 | EDUARDO MACHADO OLIVEIRA | SEAGES | DIÁLOGOPÚBLICO- GOVERNANÇAEGESTÃODE  AQUISIÇÕES |  | X |  |
| 2016 | EDUARDO MACHADO OLIVEIRA | SEAGES | ÉTICA: COMO NOS TORNAMOS QUEM SOMOS |  |  | X |
| 2016 | EDUARDO MACHADO OLIVEIRA | SEAGES | TEMASATUAISEAPLICADOSDA TERCEIRIZAÇÃODESERVIÇOSNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- PLANEJAMENTO,JULGAMENTO E  EXECUÇÃODOCONTRATO |  | X |  |
| **TOTAL** | **4** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **2** | **1** |
| 2016 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | SEAUD | 1º/4/2014 até o momento | APOSENTADORIASEPENSÕESNO SERVIÇOPÚBLICO-PRINCIPAIS INOVAÇÕES-ACORDÃOTCUN. 1.176/2015 -PLENÁRIO ELEIN.  13.135/2015 |  | X |  |
| 2016 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | SEAUD | AUDITORIATEORIAEPRÁTICA  NOSETORPÚBLICO | X |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2016 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | SEAUD |  | IIFÓRUMDEBOASPRÁTICASDE AUDITORIAECONTROLE  INTERNO DOPODERJUDICIÁRIO | X |  |  |
| 2016 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | SEAUD | PRESTAÇÃODECONTASDE2015- ORIENTAÇÕESSOBRENORMASE  PROCEDIMENTOSPARAELABORAÇÃO- VIAINTERNET(YOUTUBE) |  | X |  |
| 2016 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | SEAUD | TEMASATUAISEAPLICADOSDA TERCEIRIZAÇÃODESERVIÇOSNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- PLANEJAMENTO,JULGAMENTO E  EXECUÇÃODOCONTRATO |  | X |  |
| 2016 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | SEAUD | TREINAMENTO DE GESTÃO DE RISCOS (TURMA 1) |  | X |  |
| **TOTAL** | **6** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **2** | **4** | **0** |
| 2016 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | 28/9/2007 até o momento | AUDITORIATEORIAEPRÁTICA  NOSETORPÚBLICO | X |  |  |
| 2016 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | E-SOCIAL |  | X |  |
| 2016 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | POLÍTICAS DE SEGURANÇA  DA INFORMAÇÃO |  | X |  |
| 2016 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | PRESTAÇÃODECONTASDE2015- ORIENTAÇÕESSOBRENORMASE PROCEDIMENTOSPARAELABORAÇÃO-  VIAINTERNET(YOUTUBE) |  | X |  |
| 2016 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | RETENÇÕESNAFONTEDEISSE  DEINSSNACONTRATAÇÃODE PESSOASFÍSICASEJURÍDICAS |  | X |  |
| 2016 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | SUPRIMENTO DE FUNDOS |  | X |  |
| **TOTAL** | **6** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **5** | **0** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2016 | JOSAFÁ DA SILVA COELHO | SEAPE | 23/5/2016 a 13/2/2017 | ANÁLISEECONCESSÃODEREMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃOCLAROSDELOTAÇÃO, EXERCÍCIOPROVISÓRIOELICENÇA PARAACOMPANHARCÔNJUGE-  LEGISLAÇÃOEJURISPRUDÊNCIADOSTF, STJ,TCUETRF |  | X |  |
| 2016 | JOSAFÁ DA SILVA COELHO | SEAPE | AUDITORIATEORIAEPRÁTICANO  SETORPÚBLICO | X |  |  |
| 2016 | JOSAFÁ DA SILVA COELHO | SEAPE | EJE - CICLO DE PALESTRAS  SOBRE AS ELEIÇÕES 2016 |  | X |  |
| 2016 | JOSAFÁ DA SILVA COELHO | SEAPE | EJE - WORKSHOP DE  DIREITO ELEITORAL |  | X |  |
| 2016 | JOSAFÁ DA SILVA COELHO | SEAPE | E-SOCIAL |  | X |  |
| **TOTAL** | **5** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **4** | **0** |
| 2016 | RICARDO NASCIMENTO CANTHARINO | SEAPE | 16/4/2016 até o momento | APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO - PRINCIPAIS INOVAÇÕES - ACORDÃO TCU N. 1.176/2015 - PLENÁRIO E LEI N.  13.135/2015 |  | X |  |
| 2016 | RICARDO NASCIMENTO CANTHARINO | SEAUD | AUDITORIA TEORIA E PRÁTICA NO SETOR  PÚBLICO | X |  |  |
| 2016 | RICARDO NASCIMENTO CANTHARINO | SEAUD | E-SOCIAL |  | X |  |
| 2016 | RICARDO NASCIMENTO CANTHARINO | SEAUD | TREINAMENTO DE GESTÃO  DE RISCOS (TURMA 1) |  | X |  |
| **TOTAL** | **4** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **3** | **0** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2016 | RITA DANTAS FREITAS VIGAS | SEAUD | 30/5/2006 a 12/3/2017 | APOSENTADORIASEPENSÕESNO SERVIÇOPÚBLICO-PRINCIPAIS INOVAÇÕES-ACORDÃOTCUN. 1.176/2015 -PLENÁRIO ELEIN.  13.135/2015 |  | X |  |
| 2016 | RITA DANTAS FREITAS VIGAS | SEAUD | AUDITORIATEORIAEPRÁTICA  NOSETORPÚBLICO | X |  |  |
| 2016 | RITA DANTAS FREITAS VIGAS | SEAUD | E-SOCIAL |  | X |  |
| 2016 | RITA DANTAS FREITAS VIGAS | SEAUD | ÉTICA: COMO NOS  TORNAMOS QUEM SOMOS |  |  | X |
| 2016 | RITA DANTAS FREITAS VIGAS | SEAUD | TEMASATUAISEAPLICADOSDA TERCEIRIZAÇÃODESERVIÇOSNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- PLANEJAMENTO,JULGAMENTO E  EXECUÇÃODOCONTRATO |  | X |  |
| 2016 | RITA DANTAS FREITAS VIGAS | SEAUD | TREINAMENTO DE GESTÃO DE RISCOS (TURMA 1) |  | X |  |
| **TOTAL** | **6** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **4** | **1** |
| 2016 | ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES | SEAPE | 8/4/2016 até o momento | ANÁLISE ECONCESSÃO DE REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO CLAROSDE LOTAÇÃO,EXERCÍCIO PROVISÓRIOELICENÇAPARA ACOMPANHARCÔNJUGE -  LEGISLAÇÃO EJURISPRUDÊNCIA DOSTF,STJ,TCUETRF |  | X |  |
| 2016 | ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES | SEAPE | APOSENTADORIASEPENSÕESNO SERVIÇOPÚBLICO-PRINCIPAIS INOVAÇÕES-ACORDÃOTCUN. 1.176/2015 -PLENÁRIO ELEIN.  13.135/2015 |  | X |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2016 | ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES | SEAPE |  | AUDITORIATEORIAEPRÁTICA  NOSETORPÚBLICO | X |  |  |
| 2016 | ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES | SEAPE | COSO ICIF 2013 | X |  |  |
| 2016 | ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES | SEAPE | E-SOCIAL |  | X |  |
| 2016 | ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES | SEAPE | LEGISLAÇÃO DEPESSOAL- ATUALIZAÇÃODORJU(LEINº 8.112/90E LEINº13.135,DE17/06/2015) EAVERBAÇÃO DETEMPODE  SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO |  | X |  |
| 2016 | ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES | SEAPE | PROGRAMADE  DESENVOLVIMENTODELÍDERES 2016 -T1-05,06E20/07 |  |  | X |
| 2016 | ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES | SEAPE | RESILIÊNCIA: A ARTE DE  SER FLEXÍVEL |  |  | X |
| **TOTAL** | **8** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **2** | **4** | **2** |
| 2017 | ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO | COGES | 5/7/2002 a 13/9/2017 | CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS |  | X |  |
| 2017 | ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO | COGES | EJE - REFORMA  TRABALHISTA |  | X |  |
| 2017 | ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO | COGES | IIIFORUMDEBOASPRÁTICASDE  AUDITORIAECONTROLE INTERNO DOPODERJUDICIÁRIO | X |  |  |
| 2017 | ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO | COGES | IIIWORKSHOPAUDITORIAS  INTEGRADASDAJUSTIÇA ELEITORAL | X |  |  |
| **TOTAL** | **4** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **2** | **2** | **0** |
| 2017 | ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA | SEAGES | 31/3/2016 até o momento | AUDITORIABASEADAEMRISCOS | X |  |  |
| 2017 | ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA | SEAGES | FORMAÇÃOEAPERFEIÇOAMENTO  DEPREGOEIROS |  | X |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2017 | ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA | SEAGES |  | IIIFORUMDEBOASPRÁTICASDE AUDITORIAECONTROLEINTERNO  DOPODERJUDICIÁRIO | X |  |  |
| 2017 | ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA | SEAGES | LEI N.8112/90 - ADMISSÃO  DE SERVIDORES |  | X |  |
| 2017 | ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA | SEAGES | SUPRIMENTODEFUNDOSCOM  ÊNFASEEMCARTÃOCORPORATIVO |  | X |  |
| 2017 | ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA | SEAGES | TÉCNICA LEGISLATIVA |  |  | X |
| **TOTAL** | **6** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **2** | **3** | **1** |
| 2017 | ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS PAIXÃO | SEAUD | 27/1/2017 até o momento | AUDITORIABASEADAEMRISCOS | X |  |  |
| 2017 | ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS PAIXÃO | SEAUD | IIWORKSHOPAUDITORIAS  INTEGRADASDAJUSTIÇAELEITORAL | X |  |  |
| 2017 | ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS PAIXÃO | SEAUD | IIIFORUMDEBOASPRÁTICASDE  AUDITORIAECONTROLE INTERNO DOPODERJUDICIÁRIO | X |  |  |
| 2017 | ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS PAIXÃO | SEAUD | IIIWORKSHOPAUDITORIAS  INTEGRADASDAJUSTIÇAELEITORAL | X |  |  |
| 2017 | ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS PAIXÃO | SEAUD | WORKSHOPAUDITORIAS  INTEGRADASDAJUSTIÇAELEITORAL | X |  |  |
| **TOTAL** | **5** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **5** | **0** | **0** |
| 2017 | CAMILLE PEDREIRA BASTOS | SEAPE | 11/7/2016 até o momento | AUDITORIABASEADAEMRISCOS | X |  |  |
| 2017 | CAMILLE PEDREIRA BASTOS | SEAPE | COMPETÊNCIASPARAO  APRENDIZADOSIGNIFICATIVO2017 |  |  | X |
| 2017 | CAMILLE PEDREIRA BASTOS | SEAPE | EJE-REFORMADAPREVIDÊNCIA  DOSERVIDORPÚBLICO |  | X |  |
| 2017 | CAMILLE PEDREIRA BASTOS | SEAPE | EJE-REFORMATRABALHISTA |  | X |  |
| 2017 | CAMILLE PEDREIRA BASTOS | SEAPE | TÉCNICA LEGISLATIVA |  |  | X |
| **TOTAL** | **5** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **2** | **2** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2017 | EDUARDO MACHADO OLIVEIRA | SEAGES | 16/4/2012 até o momento | AUDITORIABASEADAEMRISCOS | X |  |  |
| 2017 | EDUARDO MACHADO OLIVEIRA | SEAGES | CONTRATAÇÕES PÚBLICAS  SUSTENTÁVEIS |  | X |  |
| 2017 | EDUARDO MACHADO OLIVEIRA | SEAGES | EJE-REFORMADAPREVIDÊNCIA  DOSERVIDORPÚBLICO |  | X |  |
| 2017 | EDUARDO MACHADO OLIVEIRA | SEAGES | FISCALIZAÇÃODOSCONTRATOS ETERCEIRIZAÇÃODESERVIÇOS PELAADMINSITRAÇÃOPÚBLICA DEACORDOCOMAS ALTERAÇÕESDAIN N.02/08EAS NOVIDADESDAPORTARIAN.  409/16 |  | X |  |
| 2017 | EDUARDO MACHADO OLIVEIRA | SEAGES | SUPRIMENTODE FUNDOSCOM ÊNFASE EMCARTÃO  CORPORATIVO |  | X |  |
| **TOTAL** | **5** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **4** | **0** |
| 2017 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | COGES | 1º/4/2014 até o momento | AUDITORIABASEADAEMRISCOS | X |  |  |
| 2017 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | COGES | CAFÉCOMGESTORES-AMBIENTE  INSPIRADORESAUDÁVEL |  |  | X |
| 2017 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | SEAUD | III FORUM DE BOAS PRÁTICAS DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO DO  PODER JUDICIÁRIO | X |  |  |
| 2017 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | COGES | LEI N.8112/90 - ADMISSÃO  DE SERVIDORES |  | X |  |
| 2017 | FERNANDA COSTA GUIMARÃES | SEAUD | TREINAMENTO DE  BIOMETRIA - 2017 TURMA 06 (COELE/SEORIS) |  |  | X |
| **TOTAL** | **5** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **2** | **1** | **2** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2017 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | 28/9/2007 até o momento | AFAMÍLIACOMOBASEPARA  UMANOVASOCIEDADE |  |  | X |
| 2017 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | AUDITORIABASEADAEMRISCOS | X |  |  |
| 2017 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | CONTRATAÇÕESPÚBLICAS  SUSTENTÁVEIS |  | X |  |
| 2017 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | EJE-REFORMADAPREVIDÊNCIA  DOSERVIDORPÚBLICO |  | X |  |
| 2017 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | ODESAFIODAPATERNIDADE:DO  QUE OSMEUSFILHOSPRECISAM? |  |  | X |
| 2017 | GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA | SEAGES | SUPRIMENTODE FUNDOSCOM  ÊNFASE EMCARTÃO CORPORATIVO |  | X |  |
| **TOTAL** | **6** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **3** | **2** |
| 2017 | MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA | SEAGES | 24/4/2017 até o momento | AFAMÍLIACOMOBASEPARA  UMANOVASOCIEDADE |  |  | X |
| 2017 | MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA | SEAGES | AUDITORIABASEADAEMRISCOS | X |  |  |
| 2017 | MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA | SEAGES | CONGRESSOBRASILEIRODE GOVERNANÇA, CONTROLE PÚBLICOEGESTÃO DE RISCOS  NASAQUISIÇÕES |  | X |  |
| 2017 | MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA | SEAGES | CONTRATAÇÕESPÚBLICAS  SUSTENTÁVEIS |  | X |  |
| 2017 | MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA | SEAGES | EJE -REFORMATRABALHISTA |  | X |  |
| 2017 | MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA | SEAGES | FISCALIZAÇÃODOSCONTRATOSE TERCEIRIZAÇÃODESERVIÇOSPELA ADMINSITRAÇÃOPÚBLICADE ACORDOCOMASALTERAÇÕESDA  INN.02/08EASNOVIDADESDA PORTARIAN.409/16 |  | X |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2017 | MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA | SEAGES |  | ODESAFIODAPATERNIDADE: DO  QUE OSMEUSFILHOSPRECISAM? |  |  | X |
| 2017 | MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA | SEAGES | SEMINÁRIOINTERNACIONALDE  AUDITORIA | X |  |  |
| 2017 | MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA | SEAGES | SUPRIMENTODE FUNDOSCOM  ÊNFASE EMCARTÃO CORPORATIVO |  | X |  |
| 2017 | MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA | SEAGES | TREINAMENTODEBIOMETRIA-  2017TURMA03(COELE/SEORIS) |  |  | X |
| **TOTAL** | **10** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **2** | **5** | **3** |
| 2017 | MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS | SEAUD | 11/5/2017 até o momento | ATUALIZAÇÃOEMLÍNGUA  PORTUGUESA2017-TURMA02 |  |  | X |
| 2017 | MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS | SEAUD | AUDITORIABASEADAEMRISCOS | X |  |  |
| 2017 | MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS | SEAUD | CONCORDÂNCIAE REGÊNCIA-  EAD -2017 |  |  | X |
| 2017 | MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS | SEAUD | EJE -REFORMATRABALHISTA |  | X |  |
| 2017 | MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS | SEAUD | LEIN.8112/90 -ADMISSÃO DE  SERVIDORES |  | X |  |
| 2017 | MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS | SEAUD | ODESAFIODAPATERNIDADE:DO  QUE OSMEUSFILHOSPRECISAM? |  |  | X |
| 2017 | MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS | SEAUD | QUALIDADEDEVIDA-EAD-2017 |  |  | X |
| **TOTAL** | **7** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **2** | **4** |
| 2017 | RICARDO MOTA MASCARENHAS | SEAPE | 24/4/2017 até o momento | AUDITORIABASEADAEMRISCOS | X |  |  |
| **TOTAL** | **1** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **1** | **0** | **0** |
| 2017 | ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES | SEAPE | 8/4/2016 até o momento | AUDITORIABASEADAEMRISCOS | X |  |  |
| 2017 | ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES | SEAPE | EJE-REFORMADAPREVIDÊNCIA  DOSERVIDORPÚBLICO |  | X |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **SERVIDOR** | **UNIDADE** | **ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA** | **TREINAMENTO** | **CLASSIFICAÇÃO** | | |
| **Técnico** | **Áreas auditáveis** | **Outros** |
| 2017 | ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES | SEAPE |  | EJE-REFORMATRABALHISTA |  | X |  |
| 2017 | ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES | SEAPE | IIIFORUMDEBOASPRÁTICASDE  AUDITORIAECONTROLE INTERNO DOPODERJUDICIÁRIO | X |  |  |
| 2017 | ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES | SEAPE | LEIN.8112/90 -ADMISSÃO DE  SERVIDORES |  | X |  |
| 2017 | ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES | SEAPE | TREINAMENTODEBIOMETRIA-  2017TURMA03(COELE/SEORIS) |  |  | X |
| **TOTAL** | **6** | **TOTAL DE CURSOS** | | | **2** | **3** | **1** |

*Nota 1: o servidor Antonio Fernando dos Santos Paixão foi lotado anteriormente na COGES, no período compreendido entre 31/7/2010 e 31/8/2015. Nota 2: a servidora Mirela Rios Cruz de Jesus foi lotada anteriormente na COGES, no período compreendido entre 19/5/2009 e 25/11/2010.*

*Nota 3: o servidor Josafá da Silva Coelho registrou lotação na COGES nos períodos compreendidos entre 16/3/2006 e 21/3/2012 e 17/7/2014 e 25/3/2015. Nota 4: a servidora Danielle Débora Cerqueira Oliveira registrou lotação na COGES no período compreendido entre 6/5 e 20/7/2006.*

*Nota 5: o servidor Fábio Monteiro Santos Lima foi excluído das análises considerando lotação na COGES por tempo inferior a 3 meses.*

*Nota 5: para melhor mineração de informações os cursos ministrados ao longo de 2015, 2016 e 2017 (até 18/10/2017) foram previamente categorizados em: técnicos, aqueles relativos a normas, padrões, técnicas e práticas profissionais de auditoria interna; áreas auditáveis, aqueles relacionados a objetos passíveis de auditoria; e outros, aqueles não abarcados nas categorias anteriores.*

*Fonte: informações fornecidas pela EFAS, em 18/10/2017, e disponíveis no SGRH, consoante consulta realizada em 30/10/2017.*